

## De Júlio Maria à Ação Católica: contribuições para a história do laicato católico brasileiro (1900-1947)

Guilherme Ramalho Arduini <sup>1</sup>

**Resumo:** A separação entre Igreja e Estado em 1891 exigiu a reformulação dos papéis desempenhados pelos católicos na vida pública brasileira. Um dos primeiros a enfrentar o assunto, o texto “A Igreja e a República”, de Júlio Maria (1900) foi reinterpretado quase vinte anos depois por algumas das figuras mais importantes do catolicismo brasileiro, como Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Esse artigo pretende contribuir para a reflexão sobre tal processo como destaque para Júlio Maria e Amoroso Lima. Os princípios teóricos da pesquisa pretendem conciliar o reconhecimento de um certo grau de autonomia do sujeito na constituição de seu pensamento com a consideração sobre os elementos de sua trajetória de vida que pesam na definição de seu modo de pensar, como por exemplo sua origem familiar e posição no seio da família, atuação profissional, laços de afetividade e de conflito interpessoal.

**Palavras-chave:** Júlio Maria; Alceu Amoroso Lima; Era Vargas; Ação Católica; Jackson de Figueiredo.

**Abstract:** The dissociation between Church and State in 1891 required the reformulation of the roles played by the catholics in Brazilian public life. One of the first texts to deal with the subject, the text “The Church and the Republic” [*A Igreja e a República*], by Júlio Maria (1900) was reinterpreted almost twenty years later by some of the most important figures of Brazilian Catholicism, such as Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo and Alceu Amoroso Lima. This article intends to contribute for the reflexion on this process, focusing on Júlio Maria and Amoroso Lima. The theoretical principles of this research intend to conciliate the acknowledgement of a certain degree of autonomy of the individuals with the elements of his life that somehow determines his way of thinking, like his family origin and his role in the family, professional life and affectivity.

**Key-words:** Júlio Maria; Alceu Amoroso Lima; Era Vargas; Ação Católica; Jackson de Figueiredo

O presente texto visa fornecer subsídios para compreender a ação dos católicos leigos na reformulação de certas políticas públicas, especialmente aquelas ligadas aos ministérios da Educação e do Trabalho. Entende-se por “ação” o conjunto de escritos, discursos e atividades associativas desenvolvidas por esses personagens, intérpretes de uma tradição pré-existente formada basicamente no início do século XX. Por esse

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Unicamp e doutorando em Sociologia pela USP.

motivo, o presente texto vai se iniciar com a reconstrução do cenário de atuação dos católicos leigos a partir da discussão basicamente de dois textos que definem a questão em grande medida. O primeiro deles é a encíclica *Rerum Novarum*, de autoria do papa Leão XIII, que em toda a sua ambiguidade passou a ser o texto fundante de uma tradição católica de preocupação com o social. Em seguida, será a vez de compreender como esse documento foi lido no Brasil, a partir da principal obra desse período: o capítulo de Júlio Maria, que acabou ficando conhecido pelo nome posterior ao texto de “A Igreja e a República”. A obra de Júlio Maria inicia uma forma de compreender a história da Igreja no Brasil e do papel que lhe cabia no interior do período republicano que seria retomado por uma linha de pensadores católicos, a começar pelo bispo e futuro Cardeal Sebastião Leme até chegar em Alceu Amoroso Lima. A comparação entre a recepção deste e de Júlio Maria, entretanto, revela que tratamentos semelhantes ao tema receberam respostas bastante distintas entre si, o que mostra o amadurecimento tanto de um grupo de intelectuais preocupados em pensar um futuro para o país como também o espaço conquistado pelos católicos no interior desse campo.

A importância da Encíclica não reside apenas no fato de que ela foi a primeira manifestação oficial de um papa sobre as questões sociais que surgiram como efeito da industrialização e urbanização da Europa. Ela também é importante porque reuniu a anterior produção intelectual de muitos grupos internos e externos ao clero, bem como abriu novas perspectivas aos que vieram depois dela. Sobre as experiências anteriores, talvez a mais relevante tenha sido a União de Friburgo. Entre 1884 e 1891, diversas entidades e pensadores católicos da Itália, França, Bélgica e Alemanha se reuniram nesta cidade alemã para chegar a um entendimento sobre como deveria ser tratada a questão do modo de vida dos operários. Entre seus membros havia, por exemplo, o italiano Giuseppe Toniolo, que dirigia uma série de obras assistenciais no norte de seu país, além de formular o que ele mesmo intitulava de “sociologia católica”. Basicamente, esta proposta consistia em formular um conhecimento científico alinhado com os ditames morais da norma católica, rompendo as barreiras estabelecidas por cem anos de influência iluminista que diziam ser impossível conciliar ciência e fé.

Esta proposta seria retomada por Amoroso Lima, que a desenvolveria em uma obra do início da década de 1930.<sup>2</sup> Ao comentar este aspecto da obra amorosiana,

---

<sup>2</sup> AMOROSO LIMA, Alceu. *Preparação à sociologia*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1931.

Norma Monteiro chama a atenção para sua ambigüidade.<sup>3</sup> *Preparação à sociologia* se pretende uma leitura científica da realidade, conforme os padrões de imparcialidade associados à ciência neste período. Ao mesmo tempo, prevê uma teoria da ação social com uma finalidade a atingir amparada em argumentos de natureza moral. Esta mesma duplicidade é enxergada por Eliane Dutra em seu estudo sobre o imaginário totalitário.<sup>4</sup> A partir de uma conferência de Amoroso Lima feita em Belo Horizonte em 1935 com o título “Educação e Comunismo”, Dutra refaz um raciocínio que constrói a imagem da sociedade como um corpo humano. A principal doença seria o comunismo, que deveria ser combatido através da doutrina social da Igreja, aproximado da medicina em termos de sua validade científica.

Jean-Marie Mayeur<sup>5</sup> nota que nas reuniões da União de Friburgo nem sempre predominava a harmonia de opinião, visto que havia três posturas bastante distintas. A primeira era de uma minoria de “reacionários” que condenava a propriedade, o capitalismo e buscava uma ordem corporativa. Em vista do radicalismo desta postura política, este grupo acabou se aproximando dos socialistas. Outro grupo, ligado à escola de Le Play, substituía o Estado por iniciativas sociais de cunho paternalista como a melhor maneira de resolver o problema social, pois não acreditava em um Estado forte e interventor social como forma de resolver a questão social. Já outros intelectuais, notadamente Albert de Mun e Toniolo, sugeriam um meio-termo. Por causa dessa diversidade de opinião, considerada nociva por Leão XIII, desde muito antes de 1891 ele já havia se decidido a escrever um texto que findasse com as contendas. Isso não o impediu de se utilizar das idéias da União para escrever esse documento.

Devido à preocupação conciliadora que marca a Encíclica desde sua origem, ela possui um caráter de ambigüidade apontado por diversos especialistas, tais como Mayeur ou Vieira de Souza. Por exemplo, a *Rerum Novarum* deixou de enfrentar questões espinhosas, e, se por um lado se dispõe a dar mais atenção à sorte dos operários, por outro não permite a estes a atuação com vistas a solucioná-lo, reservando

---

<sup>3</sup> MONTEIRO, Norma Gouveia. Alceu Amoroso Lima: idéia, vontade, ação da intelectualidade católica no Brasil. [dissertação de mestrado] Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991 p. 131.

<sup>4</sup> DUTRA, Eliane. O artil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ed. UFRJ/UFMG, 1997, P. 39.

<sup>5</sup> MAYEUR, Jean-Marie. Catholicisme social et démocratie chrétienne: principes romains, expériences françaises. Paris: Les Éditions du Cerf, 1986, p. 53.

esse papel aos patrões. Essa Encíclica serviria de base para muitas experiências católicas futuras, e sua influência se fez sentir em uma visão de mundo marcada pelos conceitos de ordem e hierarquia. No interior do documento, a crítica ao capitalismo consistiu na idéia de uma ordem natural desrespeitada e na inexistência de hierarquias rígidas que limitassem a ganância de acumular riquezas excessivamente, ao mesmo tempo em que alguns dos elementos sociais ficariam a descoberto da proteção social. Como válvula controladora do sistema estaria a Autoridade, sinal de justiça e de harmonia, limitada na mão de alguns poucos e praticamente incontestável, cujo objetivo seria velar pelo bem comum. Este compreende, por sua vez, o combate ao socialismo através de duas medidas: a defesa da propriedade e o estímulo à sua disseminação por todas as classes.

Contudo, a intensificação dos fenômenos ligados à industrialização deixou clara que a difusão da propriedade só nasceria de uma organização social mais ativa, através da "reforma das estruturas e mudança nos costumes" <sup>6</sup> com o intuito de promover a justiça social, conceito que se tornou central dentro do pensamento católico. A *Rerum Novarum* representou uma tentativa de conferir um novo papel à Igreja, na qual ela agiria pela reforma do povo e no qual o diálogo com espaços políticos oficialmente desligados da Igreja era possível desde que a ela coubesse um papel primordial no tratamento das questões sociais. Tais questões seriam retomadas por certos autores brasileiros, dentre os quais merece destaque a figura de Júlio Maria.

*Júlio Maria: abismo entre Igreja e povo*

Júlio Cesar de Moraes Carneiro nasceu no Rio de Janeiro, em 1850, e formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Após tentar eleger-se sem sucesso para a Assembleia Provincial, ingressou na magistratura, tendo se tornado juiz. De sua formação inicial em Direito ele trouxe um rol de leituras próximas ao positivismo e ao cientificismo, com nomes como Darwin, Comte, Littré e Buchner. Somam-se a esses os católicos ultra-conservadores: Donoso Cortés, Joseph de Maistre e Laménais. Por fim, as encíclicas de Leão XIII exerceram grande influência sobre ele. Por duas vezes casou-se e por um número igual de vezes tornou-se viúvo. Após converter-se ao

---

<sup>6</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a Igreja e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 67.

catolicismo em 1889, ingressou no Seminário de Mariana, reconhecido pela bibliografia como um dos centros irradiadores do ultramontanismo <sup>7</sup> no Brasil. Tendo se tornado padre apenas dois anos depois de ingressar no seminário recebe um novo nome: *Júlio Maria*. O ano de sua ordenação coincide com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*.

Em sua primeira década de padre, Júlio Maria produziu diversas obras apologéticas. Entretanto, seu posicionamento político passa a chamar mais a atenção apenas quando ele é convidado para escrever um capítulo sobre a Igreja na obra comemorativa ao quarto centenário de descobrimento do Brasil. <sup>8</sup> Seu texto se inicia com as seguintes considerações a respeito do modo como a história do país deveria ser escrita:

Dando, como dou, na História do Brasil, o primeiro lugar ao catolicismo; afirmando, como afirmo que o catolicismo formou a nossa nacionalidade; pretendendo, como pretendo, que um ideal de pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico, tanto como uma impossibilidade política; entendendo, como entendo, que num país que surgiu, cresceu e se desenvolveu à sombra da Cruz, uma democracia antireligiosa não pode deixar de ser uma democracia artificial; enfim, julgando, como julgo, que não se pode escrever a História do Brasil sem dar a supremacia ao fato religioso, eu não nego por isso a importância de seus fatos políticos, militares, jurídicos, científicos, industriais. Estabeleço, apenas, uma hierarquia entre os fatos. <sup>9</sup>

Para Júlio Maria, a historiografia deveria cumprir seu papel confirmador do papel essencial que a Igreja desempenhou no passado e deveria desempenhar no futuro do Brasil. A narrativa factual e a propaganda institucional estariam, portanto, imbricados ao longo de todo o texto, que carrega nos traços idílicos do período colonial. Este é apresentado de forma simplificada como o momento em que a identidade brasileira em formação se nutria do catolicismo e elevava a Igreja à posição justamente merecida. Note-se que já na apresentação desse período apareceria um mote que seria repetido ao longo de toda a obra: a importância da estabilidade da união entre povo e

---

<sup>7</sup> O “ultramontanismo”, também chamado de “romanização”, é o processo pelo qual se produz uma reforma no clero nacional, no sentido de controlar mais de perto sua atuação de modo a oldá-la com as diretivas de Roma. Inclui também reformas litúrgicas e a destruição de tradições do catolicismo local, tais como as festas e irmandades religiosas.

<sup>8</sup> ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL. Livro do Centenário. (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1900. Posteriormente publicado como uma obra em separado com o título “A Igreja e a República”.

<sup>9</sup> JÚLIO MARIA, A Igreja e a República. (Prefácio e Introd. Anna Maria Moog Rodrigues) Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Câmara dos Deputados/ Ed. UnB, 1981, pp. 12-3. (1ª edição: 1900). Daqui em diante citado pela sigla “IR”.

clero como forma de garantir o “desenvolvimento nacional”, como fica demonstrado na passagem abaixo:

Em todo o período colonial a Religião teve no Brasil um grande desenvolvimento, e saliente preponderância sobre os negócios e interesses do país. Se de um lado, os bispos com os seus cooperadores conseguiram, sem obstáculos, ou oposição do Estado, dar à Igreja a importância e o valor que de fato teve não só como diretor das almas, mas também como auxiliar dos poderes públicos na obra do desenvolvimento nacional; de outro lado, o povo, cujas classes dirigentes não estavam ainda contaminadas pelo racionalismo e o materialismo político, se deixava facilmente conduzir pelos princípios da fé. Bem longe de divorciar os seus interesses da Igreja, o povo procurava dar aos seus representantes toda a força moral; procurava na obediência ao clero elevar-lhe ainda mais o prestígio; o clero tinha ação, e exercia com consciência e patriotismo os seus direitos, como cumpria com dignidade os seus deveres.<sup>10</sup>

Mais do que lembrar a distância desse quadro do que os estudos têm apontado sobre o clero colonial, importa aqui chamar a atenção para o modo como ele e o povo são descritos. Esse último é ressaltado como obediente ao clero e despregado do materialismo e racionalismo que viriam a caracterizar a vida cultural no Império. O clero, por sua vez, era “patriótico”, pois não se negava a auxiliar as autoridades civis em sua obra de civilização. Igreja e Estado viviam em harmonia pois o último desses pólos sabia respeitar a primazia e independência do primeiro, fato que se inverteria durante o século XIX, basicamente por dois motivos, ainda segundo Júlio Maria. O primeiro deles era a apropriação indevida da Coroa brasileira do regalismo e sua intrusão nos assuntos que só deveriam caber à Igreja, como o controle sobre a nomeação de bispos e a absorção dos párocos na atividade política. Também aos padres caberia a culpa, especialmente à geração dos “padres liberais”, tais como Diogo Feijó. Eles reforçavam a imagem de uma igreja nacional, mais obediente ao Imperador que ao Papa. Apenas a atuação de D. Vital e D. Macedo Costa em 1873 teria sido capaz de despertar o clero do “sono letárgico” ao qual parecia condenado e reacender a preocupação com a formação de uma Igreja forte estruturalmente.

Até esse momento de sua interpretação, Júlio Maria não diferia significativa do que outros intérpretes já haviam proposto. A novidade começa pela apresentação da idéia de que o ambiente venenoso vivenciado pela Igreja naquele período possuía suas causas na educação apregoada durante o Império, da qual o abuso no uso do regalismo era apenas o aspecto mais saliente. Entretanto, apenas uma mudança na cultura dos brasileiros, através do ensino, poderia representar a volta da Igreja ao seu lugar de

---

<sup>10</sup> IR, pp. 60-1.

destaque merecido e, com isso, recuperar o rumo certo para o Brasil, como mostra a seguinte passagem:

Onde as causas de tamanha enormidade? Elas vêm do próprio Império, isto é, da educação racionalista, da política liberalista, do materialismo literário, que, como se viu, durante um longo período de sessenta e sete anos, entorpeceu o sentimento católico e obliterou mesmo o senso religioso em tantas gerações brasileiras. A crítica histórica não pode referir essas causas nem à essência do regime republicano, nem à índole das instituições novas, que poderiam ser ainda mais democráticas sem o repúdio do elemento religioso.<sup>11</sup>

Note-se o movimento argumentativo ao final do trecho que associa a *democracia* ao “elemento religioso”. Se a República seria tanto mais democrática quanto mais católica ela fosse, isso se deve à natureza do povo, que teria os valores católicos naturalmente inculcados em si. Não passa despercebido por Júlio Maria a discreta deferência com a qual a Igreja era tratada durante as solenidades públicas estaduais e federais;<sup>12</sup> junto com o fim do regalismo, seria possível captar, segundo ele, um movimento de sensata aproximação pelo novo regime. Por outro lado, provocaria severas críticas a incômoda participação dos positivistas no alvorecer da vida republicana, intensa ao ponto de inscrever sua divisa no símbolo mais sagrado da nação.<sup>13</sup>

A posição do regime frente ao catolicismo é vista ao mesmo tempo como uma oportunidade de crescimento e uma debilidade da Igreja. Caberia a ela purificar-se através de sua aproximação do povo, que mesmo tendo sido conduzido pelos “maus pastores” do materialismo, poderia unificar-se sob a batuta do clero, conferindo-lhe o prestígio necessário para agir como interlocutores legítimos da sociedade frente ao Estado.

Se a idéia de uma identidade intrinsecamente católica do povo brasileiro estava longe de constituir novidade na produção dos católicos, o mesmo não se pode dizer da acusação de que a Igreja se mantinha distante do povo que lhe pertencia. No bojo de uma visão de que os fatos mais relevantes da história brasileira eram sempre de natureza religiosa, Júlio Maria macetava ao leitor sua certeza de que o protagonismo das transformações necessárias para o bom andamento da República deveria caber ao clero,

---

<sup>11</sup> IR, p. 106-7.

<sup>12</sup> IR, p. 108.

<sup>13</sup> IR, p.106.

na luta pela ampliação da rede confessional de ensino e pelo respeito aos sinais e festas católicas imersos na vida social brasileira. O julgamento final é portanto ambíguo: se por um lado a oportunidade de que dispõem os católicos é única, a participação do clero deixaria dúvidas sobre saber se ele estaria à altura desse desafio, como mostra a segunda das passagens abaixo:

*Aceitar o direito constituído e combater a legislação.* O dever do clero e dos católicos não pode deixar de ser este. Em primeiro lugar, quaisquer que sejam, e são grandes, os erros dos legisladores republicanos, é certo que nós estamos no regime da liberdade. Em segundo lugar, não é lícito negar que na situação republicana a Igreja tem prosperado no Brasil; que o santo padre pode, sem as peias e os obstáculos do antigo regime, reorganizar a hierarquia, aumentar o número de dioceses, pôr-se mais facilmente em contato com os bispos, os quais para irem a Roma e promoverem nossos interesses religiosos já não precisam de licença do poder executivo; que o sentimento católico tem se desenvolvido no Brasil.<sup>14</sup>

Nunca maior missão se deparou à Igreja em nosso país. Nunca, porém, o clero brasileiro se mostrou menos disposto e orientado para se elevar às alturas de uma grande e nobre cruzada. Como no mundo inteiro, hoje no Brasil não há, não pode haver senão duas forças: a Igreja e o povo.<sup>15</sup>

As duas passagens chamam a atenção pela visão burocratizante da Igreja, pois está na expansão das dioceses e na intensificação de seu contato com Roma a salvação para os problemas do país. Em outras palavras, embora o povo manifeste um apreço natural pelos ritos católicos e o modo de viver que deles decorre, é apenas a ação de uma elite bem treinada e afinada com os valores de Roma que poderia permitir ao país reencontrar seu rumo e sua identidade. Todos esses são elementos que seriam recuperados pela geração nascida na última década do século XIX e que ganharia os holofotes da vida pública no ocaso da República Velha e início do período Vargas e que encontraria em Alceu Amoroso Lima seu representante mais conhecido.

Antes de acompanhar essa figura mais de perto, seria preciso lembrar que vários eventos relevantes ocorreram no intervalo de tempo que separa Júlio Maria de Alceu Amoroso Lima. Em grande medida, eles responderam aos anseios desse primeiro personagem: o aumento vertiginoso no número de dioceses, assim como a reforma dos costumes do clero e a ampliação da rede de escolas católicas. Todas essas medidas são resultado da reformulação do pacto entre a elite eclesiástica e as oligarquias estaduais,

---

<sup>14</sup> IR, pp. 114-5.

<sup>15</sup> IR, p. 120.

dois grupos sociais relativamente imbricados entre si.<sup>16</sup> Sem essas medidas, seria impossível entender a formação de um mercado para a circulação do ideário católico dos anos 1930 e do porquê o posto de primazia nesse mercado coube a Amoroso Lima. Outro aspecto importante a ser levado em conta é o surgimento de um grupo considerável de bacharéis, jornalistas e outros profissionais de letras que vêm seus planos de ascensão frustrados com a derrocada da República de 1891 e, por isso, reformularão seus projetos com vistas a obter o apoio da Igreja e do integralismo para alcançar notoriedade.<sup>17</sup>

Mais do que um processo de crise e de perda da influência, a Primeira República significou para a Igreja um momento de reconstrução. Damião Duque Farias e Sérgio Miceli<sup>18</sup> chamam a atenção para a organização de uma cadeia de alianças regionais que habilitaram o clero a renovar sua infra-estrutura física e humana, contando inclusive com a importação de muitos padres estrangeiros. É difícil precisar o início da constituição deste novo estatuto da Igreja, mas uma data importante foi o ano de 1916, quando o então recém-ordenado bispo de Olinda e Recife, dom Sebastião Leme, publica uma Carta Pastoral na qual conclama todos os católicos a colaborarem para o fim da contradição entre um povo católico e uma liderança política indiferente aos assuntos religiosos.

Este brado repercute de forma tonitruante no orbe católico e foi um dos textos que mais influenciaram Jackson de Figueiredo, até então apenas um crítico literário, a buscar o apoio de Sebastião Leme no intuito de fundar uma revista católica. Ele estava decidido a transformar sua diocese, a principal do país, em cabeça-de-ponte da realização de seus projetos. Portanto, não é mera coincidência que 1922, o ano de fundação do Centro, seja também o da realização de um Congresso Eucarístico, composto por numerosas passeatas, adorações e missas campais. Conforme demonstra o estudo de Romualdo Dias, elas tinham como objetivo demonstrar a força da Igreja na modelação das consciências e na reprodução da ordem social<sup>19</sup>. Romualdo Dias

---

<sup>16</sup> MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

<sup>17</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>18</sup> FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: USP/Hucitec, 1998, pp. 91ss. MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica na Primeira República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, pp. 153ss.

<sup>19</sup> DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996, pp. 107-132

demonstra ainda como o poder simbólico destas ocasiões não pode ser negligenciado e complementa a formação doutrinária realizada pelos intelectuais católicos. Esta conclusão se coaduna com a análise de Rodrigo Patto sobre o discurso anti-comunista do Brasil durante as décadas de 1930 e 1940. Para este autor, o elemento religioso seria parte essencial deste discurso, e um grupo em especial contribuiria para sua difusão:

Nos anos 1930, a campanha anticomunista inseriu-se numa estratégia maior da Igreja, que desde a década anterior vinha lutando para recuperar posições perdidas com a implantação da República. (...) Tal movimento convergiu com a organização da intelectualidade católica, sob a liderança de Jackson de Figueiredo e o grupo da revista *A Ordem*. No primeiro momento os inimigos principais eram o liberalismo, a maçonaria e o positivismo, mas logo os comunistas assumiram o lugar de adversário e concorrente mais perigoso.<sup>20</sup>

É a partir de um quadro como esse que se pode compreender que a conversão significou para Amoroso Lima simultaneamente a filiação a uma tradição de pensamento relativamente nova na Igreja, como novos eram a estrutura que ela havia alcançado e a mão-de-obra intelectual à sua disposição. Se esse era o palco de atuação, cumpre agora entender melhor quem foi o protagonista; seguem abaixo alguns elementos biográficos de Amoroso Lima.

#### *Alceu Amoroso Lima*

Alceu Amoroso Lima nasceu a 11 de dezembro de 1893 da união de Manuel José de Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima, no seio de uma família que se dedicava à fabricação e comércio de produtos têxteis<sup>21</sup>. Iniciou seus estudos em casa, sob orientação de João Kopke, um dos precursores da Escola Nova. Seu secundário foi feito no Ginásio Dom Pedro e concluído em 1908. Entre 1909 e 1911, Amoroso Lima frequentou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. O último ano de sua formação acadêmica o encontrou trabalhando em um escritório de advocacia, mas não por muito tempo; desengano com a carreira jurídica, tentou conduzir os negócios de seu pai e chegou a ocupar cargos menores ligados à carreira diplomática.

---

<sup>20</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anti-comunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, pp. 25-6.

<sup>21</sup> Estes e alguns outros dados foram retirados do verbete: "Alceu Amoroso Lima" de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Dicionário histórico Biográfico Brasileiro. (1930-1983, 3º VOL.) Rio de Janeiro: FINEP/FGV-CPDOC/Forense, 1984, pp. 189-191.

Entretanto, nada parecia satisfazer tanto o jovem Alceu como sua ocupação predileta: escrever crônicas literárias. A princípio, Amoroso Lima assinava-as como “Tristão do Ataíde”. Ele o fazia em parte porque estava preocupado com a repercussão que uma atividade como essa poderia ter na sua carreira profissional e em parte pela insegurança sobre a qualidade de sua produção. Contudo, não demorou muito para ser reconhecido, fato a partir do qual passou a usar indiferentemente o nome e o pseudônimo. Já no início da década de 1920 gozava de fama nos meios literários, graças principalmente a dois méritos. O primeiro deles foi o de ter compreendido e incentivado o movimento modernista desde seu princípio; antes disso, já se tornara consagrada sua maneira renovadamente impressionista de escrever resenhas das obras literárias.

O ano de 1924 registra duas mudanças importantes na sua vida: casa-se com uma mulher de formação católica e passa a trocar correspondências com Jackson de Figueiredo. A morte inesperada deste, em 1928, marcará profundamente a vida de Amoroso Lima. Recém-converso, ele decide continuar a obra de seu mentor intelectual e passa a assumir inúmeras atividades, entre as quais a direção do Centro D. Vital. Durante a década de 1930, presta dois concursos universitários mal-sucedidos antes de se tornar professor da Faculdade Nacional de Filosofia; foi também professor da PUC-Rio, cuja fundação em 1942 foi o resultado de uma década de seus esforços, somados ao abandono da tentativa de fazer da Faculdade Nacional de Filosofia um espaço católico por excelência. Publicou muitos livros, nos quais condensava seus escritos espalhados por diversos periódicos da imprensa carioca.<sup>22</sup> Durante as décadas de 1950 e 1960, assumiu postos importantes no cenário internacional, trabalhando para o Departamento de Cultura da Organização dos Estados Americanos em Washington (1951-1953) e para o Vaticano (1967-1972). Até o fim de sua vida, em 14 de agosto de 1983, foi um aguerrido combatente dos desvios cometidos pela ditadura de 1964 na questão dos direitos humanos<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Esboço de uma introdução à economia moderna. Rio de Janeiro: Centro D. Vital, 1930. Preparação à sociologia. Rio de Janeiro: Centro D. Vital, 1931. Economia prépolítica. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1932. No Limiar da Idade Nova. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. Indicações políticas. Da revolução à constituição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. O problema do trabalho: ensaio de filosofia econômica. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

<sup>23</sup> Uma boa síntese da biografia de Amoroso Lima está disponível na introdução da tese de doutorado de Cândido Moreira Rodrigues: Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica - 1928-1946. Assis: UNESP, 2006, pp. 11-15.

Seria impossível discorrer sobre Amoroso Lima sem lembrar a importância de Jackson de Figueiredo para este personagem. Os dois se conheceram dentro do círculo literário carioca e mantiveram intensa correspondência que fortaleceu a amizade, amparada por uma história de vida e interesses intelectuais muito semelhantes. Figueiredo nasceu em Salvador, onde cursou a faculdade de Direito, na qual vivenciou o agnosticismo e a defesa do positivismo e do liberalismo. Após a obtenção do diploma, Figueiredo mudou-se para o Rio de Janeiro, onde teve influências de pensadores como Farias Brito e se converteu ao catolicismo em 1917. Desde então colocou seu talento literário a serviço da Igreja através da colaboração com seus principais representantes no período, entre os quais o jesuíta Leonel Franca e Sebastião Leme, bispo do Rio de Janeiro. Estes dois novos amigos tornar-se-iam referência para Figueiredo.

A conversão de Jackson de Figueiredo trouxe consigo uma aproximação a um dos intelectuais católicos mais importantes do período, Charles Maurras. Ligado à fundação da *Action Française*, Maurras é marcado pela sua defesa da monarquia associada à Igreja como o único regime legítimo, pois seria onde a autoridade poderia se exercer em toda sua plenitude. Figueiredo é o introdutor das idéias de Maurras no Brasil, e Amoroso Lima um dos seus interlocutores, como é possível perceber no trecho de carta abaixo, escrita por este:

É preciso atender a que seja um princípio de autoridade justo, para que se consiga uma certa difusão, um certo assentimento, condição indispensável de toda vida social normal. Penso que esse é o pensamento profundo do autoritarismo de Maurras, contra o qual apesar disto veio a Igreja lembrar a necessidade fundamental de sobrepor a moral à política. É o sentido do *legitimismo*. O legitimismo não é apenas o sentimentalismo banal por uma família, mas o reconhecimento de um fio tradicional, de uma aliança histórica, de uma fusão indissolúvel entre os *formadores de cima*, de uma nação, a família real, – e os *formadores de baixo*, o povo. E nisso está o princípio de justiça que converte o princípio de autoridade, de chicote em cetro.<sup>24</sup>

É possível perceber neste trecho ao mesmo tempo a importância de Maurras no período e as diferentes interpretações que este autor recebe de Amoroso Lima e Figueiredo. Ao contrário da verve polêmica e radical de Figueiredo, Amoroso Lima prefere o diálogo da fé com a modernidade e alguma forma de conciliar o princípio da autoridade por vontade divina e por aclamação popular. Ao mesmo tempo em que

---

<sup>24</sup> Carta de Alceu Amoroso Lima a Jackson de Figueiredo, enviada em 24 de abril de 1927. AMOROSO LIMA, Alceu. & FIGUEIREDO, Jackson. Correspondência: harmonia dos contrastes (1919-1928) (organização geral de João Etienne Filho). Rio de Janeiro : Academia Bras. Letras, 1991-92, p. 107.

travava uma luta intelectual para “reconverter”<sup>25</sup> Amoroso Lima, Figueiredo desempenhava uma importante ação na esfera pública, em especial na fundação do *Centro Dom Vital*. Este grupo de pensadores católicos se pretendia a única alternativa válida entre um regime “liberal” moribundo e a “catástrofe” comunista.

Jackson de Figueiredo recusou todos os movimentos políticos e artísticos de seu tempo que não apostassem no catolicismo como uma tradição que precisava ser urgentemente resgatada. É por isso, por exemplo, que ele condenará o tenentismo e a maior parte dos artistas modernistas e apoiará apaixonadamente a própria instituição clerical -- e especialmente as encíclicas ultramontanas -- de forma a constituir um pensamento capaz de satisfazer os anseios de parte significativa dos católicos brasileiros deste período, como afirma Todaro:

Jackson acendeu um poderoso movimento católico baseado no conceito de regeneração moral nacional e na mobilização dos intelectuais católicos. Sua orientação européia coincidiu com a dos intelectuais católicos de classe alta, que não foram influenciadas pelos movimentos nativistas da época. As soluções que ele propôs para um Brasil sitiado não diminuíram -- ao contrário, ampararam -- a confortável relação com o governo, recentemente conquistada com dificuldade. Em poucas palavras, Jackson deu à elite da Igreja o que ela queria.<sup>26</sup>

O perfil de parte desta “elite da Igreja” à qual Todaro se refere foi pesquisado por Sérgio Miceli<sup>27</sup>, que encontrou alguns traços biográficos em comum entre os principais bispos do período. Eram representantes das oligarquias que dominavam os estados, mas que não tinham direito ao mesmo quinhão de poder dos seus irmãos mais velhos ou parentes. Para Miceli, uma vez findado o regime do padroado se forma um novo pacto entre Igreja e Estado, fincado em uma circunscrição menor (o estado, como sinônimo de província) e na origem comum das elites -- as exceções cabendo a membros de famílias ricas, mas decadentes, e seminaristas sem referências, mas apadrinhados por alguma autoridade eclesiástica. Este é o caso do cardeal Sebastião Leme, também fundamental para compreender o percurso percorrido por Amoroso Lima.

Filho de mãe viúva em sérias dificuldades financeiras, Leme foi amparado na sua formação como seminarista por Dom Joaquim Arcoverde, então bispo de São Paulo,

---

<sup>25</sup> Amoroso Lima havia recebido a catequese durante sua infância, mas logo em seguida abandonado a fé por desinteresse.

<sup>26</sup> TODARO, M. Op. Cit, p. 63.

<sup>27</sup> MICELI, Sergio. A elite eclesiástica brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

o que lhe possibilitou completar seus estudos em Roma. Ao voltar para o Brasil, trouxe novas propostas que contemplavam a criação de um núcleo de intelectuais. Para este fim, ele contava com a contribuição de Jackson e outros nomes, como Hamilton Nogueira, Jônatas Serrano, Perillo Gomes, Heráclito Sobral Pinto ou Everardo Backheuser. Todos eram nascidos na década de 1890 e tinham como formação básica o Direito, com exceção de Nogueira, que estudou Medicina. Eram católicos fervorosos e durante a década de 1920 haviam atingido certa notoriedade em campos distintos: Serrano, por exemplo, se tornara professor de História no Colégio Pedro II e posteriormente subdiretor do Instituto de Educação. Nogueira, por sua vez, iniciou uma carreira acadêmica que culminou com a defesa da livre docência em 1929. Além disso, tinham em comum a amizade de Jackson de Figueiredo e seu sonho de formar um grupo de intelectuais católicos.

Existem diversos traços em comum entre a geração de jovens que iniciou o Centro Dom Vital. Todos eles nasceram na última década do século XIX e tinham profissões liberais: a maioria de advogados convivia com alguns médicos, jornalistas e professores. Como lembra Miceli<sup>28</sup>, as décadas de 1920 e 1930 assistiram a um crescimento considerável do número de postos disponíveis para as profissões intelectuais ligadas ao Estado, em um processo intimamente ligado às disputas políticas intensificadas durante o período e que repercutiram na definição das alianças e disputas. Um bom exemplo disso são as disputas na faculdade de Direito do Rio de Janeiro entre a Liga dos Estudantes Ateus, simpática ao materialismo, e o Centro Acadêmico Jurídico Utilitário (CAJU), católico.

Também é possível ampliar os horizontes e comparar este grupo de intelectuais católicos com os representantes de outros países, por exemplo, Rafael Caldera na Venezuela e Eduardo Frei no Chile. Ambos atingiram a presidência de seus respectivos países, fato que levou Olivier Compagnon a analisar o que chama de “tentação do político”<sup>29</sup>. Ela significa a tendência de alguns católicos da América do Sul de recusar a noção de “*tiers parti*”, tal como formulada por Jacques Maritain, um filósofo francês convertido ao catolicismo. Maritain defendia a articulação dos leigos fora do campo

---

<sup>28</sup> Intelectuais à Brasileira, op. cit.

<sup>29</sup> COMPAGNON, Olivier. Jacques Maritain et l'Amérique du Sud. Paris : Sepentrion, 2003.

partidário para tratar exclusivamente dos assuntos de interesse da Igreja.<sup>30</sup> Para os católicos sul-americanos, entretanto, o risco de ascensão do comunismo era tão grande que deveria permitir sua incursão na vida política. Olivier Compagnon acredita que este foi um fenômeno comum a toda uma geração que se tornara adulta entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, vivera experiências semelhantes em seus respectivos países e adotara os mesmos ideais, definidos da seguinte maneira:

A preocupação de não fazer frutificar os grãos da fé apenas no campo restrito de sua experiência pessoal, mas ao contrário de irrigar o máximo possível a vida da cidade. Para além da dinâmica do *renacimiento* católico que aparece como um fator interno à História da Igreja, o contexto do entre-guerras não é indiferente à aparição desta vontade militante cuja emergência se percebe em todos aqueles que se poderia nomear de “maritainistas de primeira hora”<sup>31</sup>

No caso do Brasil, o projeto inicial de fundar um partido católico fora contido pela objeção de Dom Leme, capaz de frear os impulsos de Figueiredo neste sentido. O prelado queria evitar a todo custo a repetição de experiências como a da *Action Française*, na França, e do *Partito Popolare Italiano*,<sup>32</sup> na Itália, que haviam entrado em conflito com o papa devido ao seu alto grau de autonomia *vis-à-vis* a autoridade pontifícia. Por este motivo, Dom Leme sugeriu a Figueiredo a criação de uma revista como a melhor estratégia para intervir na política. Foi, portanto, graças ao voluntarismo de Jackson de Figueiredo e à sua obediência à hierarquia eclesial que se fundou em 1921 a revista *A Ordem*. Por ser o primeiro caso de publicação católica de alcance nacional, em um momento conturbado da história nacional, a revista encontrou um terreno fértil para crescer e resolveu, desta maneira, os principais anseios da elite católica. No ano seguinte, fundar-se-ia o Centro Dom Vital, para manter financeiramente a revista e supri-la de artigos.

Como todo movimento cultural do final de século XIX e início do XX, havia uma considerável influência do Velho Continente sobre a agitação em torno do Centro Dom Vital, especialmente da produção intelectual francesa. Por outro lado, o mundo

---

<sup>30</sup> COMPAGNON, O. Obra citada.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>32</sup> O Partito Popolare Italiano surgiu em 1919 e durou sete anos. Ele representou a confluência de diversos grupos católicos de origem distinta: conservadores, sindicalistas, jovens democráticos e clérigos moderados. Entre suas reivindicações estava a defesa da pequena propriedade agrícola, o sufrágio universal (inclusive feminino), a defesa da liberdade de ensino e a defesa da família como elemento estruturante da sociedade.

católico apresenta especificidades, e como nos lembra Conway<sup>33</sup>, é preciso levá-las em conta para não incorrer em rotulações prejudiciais para a compreensão de tais fenômenos. Um exemplo: a aproximação dos movimentos católicos dos fascismos no pré-II Guerra Mundial não pode ser vista como uma experiência reacionária, assim como o crescimento da democracia cristã após o conflito não pode ser resumido a um “progressismo” vago e sem definição mais exata.

Norma Monteiro, por exemplo, o considera como um “atualizador” das tradições tomistas.<sup>34</sup> Neste termo estão englobados dois fenômenos distintos. Em primeiro lugar, Amoroso Lima foi um atualizador porque foi ele quem conferiu pela primeira vez um sentido, uma trajetória lógica entre a Questão Religiosa do final do Império, as encíclicas sociais e as experiências de catolicismo social no Brasil e no exterior. Todos estes fatos, dispersos pelo último quartel do oitocentos e o primeiro do novecentos, foram cosidos em uma mesma linha do tempo por Amoroso Lima, que também indicou para onde esta linha aponta, ou seja, para a união da Igreja com o Estado no Brasil. Neste sentido, Amoroso Lima também foi um atualizador porque reitera pretensões antigas da Igreja no Brasil dentro de um novo quadro social, formado a partir da ascensão de Vargas ao poder.

Em sua atuação como líder do laicato, Amoroso Lima tinha que lidar com a diversidade de posicionamentos também no interior desse grupo. Alípio Casali<sup>35</sup> destaca a existência de duas correntes: a primeira, *integrista*, desejava a recusa completa de qualquer sinal de modernidade no interior da Igreja e de sua doutrina. Os *modernistas*, por sua vez, desejavam o contrário. Leo Franca e Amoroso Lima, por sua vez, procuravam um meio-termo entre as correntes, o que ajuda a entender a linha doutrinária seguida pelo Centro ao longo da década de 1930. Vários foram os pesquisadores que se perguntaram o que teria levado os membros do Centro a se inscreverem nele. Um deles foi Margareth Todaro, que a este respeito escreveu:

Durante os anos de sua influência mais significativa (1932-1945), o Centro Dom Vital rompeu com sucesso a noção de incompatibilidade entre o intelectual e o religioso no Brasil. Ele

---

<sup>33</sup> CONWAY, Martin. “Introduction”. IN: CONWAY, Martin & BUCHANAN, Tom (orgs.) *Political Catholicism in Europe (1918-1965)*. Oxford: Oxford Press, 1996, pp. 1-33.

<sup>34</sup> GOUVEIA, N. *Obra citada...*, p. 107.

<sup>35</sup> CASALI, Alípio Marcio Dias. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petropolis: Vozes, 1995, pp. 84-5.

organizou e inseriu um punhado de intelectuais católicos dedicados na corrente dominante da vida política e intelectual. Por alguns poucos anos ser sócio do Centro Dom Vital consistiu simultaneamente em um símbolo de classe, prestígio, intelectualidade e espiritualidade.<sup>36</sup>

Isso tornaria o Centro vítima de sua própria condição, pois o mesmo texto chama a atenção para o testemunho de muitos jovens que teriam procurado o Centro mais pela fama que ele tinha do que pela curiosidade sobre sua produção intelectual. Da mesma forma, muitos saíram dele desiludidos pela repetição exaustiva de temas que julgavam não ter nenhuma relação com seu cotidiano fora da religião. Outros pesquisadores, entretanto, enxergaram motivações distintas nos associados ao Centro. Sérgio Miceli, por exemplo, acredita que a falta de opções para os postulantes a algum cargo burocrático que se apoiaram nas estruturas da Primeira República levou-os a se identificarem com a causa da Igreja. Uma vez que tais cargos eram preenchidos de acordo com critérios de relacionamento pessoal, após a Revolução de 1930 eles perderam momentaneamente as promessas de ascensão, e podiam encontrar na Igreja um novo padrinho político<sup>37</sup>. Esta idéia pode ser relacionada a alguns estudos específicos sobre a correspondência de Amoroso Lima, que identifica os pedidos de indicação para cargo como seu assunto principal<sup>38</sup>. Entretanto, nada disso impediu que o Centro tivesse muita influência na formação de uma intelectualidade católica, em um primeiro momento, e indiretamente na configuração dos mundos do trabalho e da educação a partir da visão dos católicos influenciados pela revista.

Figueiredo levou o Centro, já em sua primeira década de existência, a optar pela defesa intransigente do poder de repressão do Executivo, durante as agitações políticas e sociais que marcaram a década de 1920. Para este intelectual, a base da autoridade seria a vontade divina que permitiu que ela ocupasse essa função. Portanto, tudo que os católicos deveriam fazer seria obedecer a autoridade legítima, esperando que ela retribuísse o apoio governando com justiça. Ao se debruçar sobre o movimento leigo no Brasil, Berenice Brandão concluiu que tal postura diminuiu a influência dos católicos em geral e do Centro em particular no ocaso da Primeira República<sup>39</sup>. Outros

---

<sup>36</sup> TODARO, Margareth. Obra citada, p. 184. Tradução minha.

<sup>37</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, passim.

<sup>38</sup> SILVA, Valéria Jacó da. *Sociabilidade intelectual católica na correspondência de Alceu Amoroso Lima (1928-1945)*. [Dissertação de Mestrado] Assis: UNESP, 2004.

<sup>39</sup> BRANDÃO, Berenice Cavalcante. *O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e*

estudos, contudo, advogam que a figura mais importante da Igreja durante este período foi o Cardeal Leme, que teria demonstrado uma grande habilidade política na transição da República Velha para o Governo Provisório<sup>40</sup>. Vale lembrar que foi ele quem mediou uma solução de compromisso entre as forças revolucionárias e Washington Luís, permitindo que este saísse incólume do Palácio do Catete em troca de sua renúncia a tentar impor a vitória de seu candidato.

O Centro Dom Vital era um movimento de leigos, porém com o apoio do Cardeal Leme, o que lhe garantia uma posição oficiosa, mantida ao longo de todo o período em questão. Esta informação ajuda a compreender a importância de Ataíde como seu presidente e editor chefe, pois em última instância dependia dele a fidelidade às determinações oficiais de não apoiar abertamente nenhum grupo político. Em determinados momentos, essa foi essencial para manter a unidade do grupo e seu caráter essencialmente apartidário. Um bom exemplo da precaução de Amoroso Lima já é dada no primeiro número d'*A Ordem* editado sob seu nome:

*A Ordem* perderá naturalmente o caráter político, que em tempo possuiu, e que só a genialidade do nosso fundador conseguia manter. (...) *A Ordem* passa agora a ser uma revista católica de cultura geral, visando mais a inteligência que os acontecimentos.<sup>41</sup>

Estas palavras ganham um novo relevo quando comparadas à linha editorial impressa à revista por Jackson de Figueiredo, inveterado amante das diatribes políticas. Não se tratava de dizer que a revista se escondia dentro de uma torre de marfim, imune à realidade política. Ao contrário, esta desfilava pelas páginas da revista através da análise constante de seus colaboradores em meio a uma vasta lista de temas cobertos pela revista. Vidas de santos<sup>42</sup> ladeavam extensos artigos sobre teologia ou filosofia<sup>43</sup>; vez por outra, artigos queriam convencer o leitor da ameaça comunista<sup>44</sup> ou sobre a necessidade de unir esforços para transformar a ordem social e cultural do país<sup>45</sup>. Da

---

Estado: 1930-1937). [Dissertação de Mestrado]. UFF: Niterói, 1975, pp. 41ss.

<sup>40</sup> FARIAS, Damião. Obra citada, e um estudo pormenorizado de TODARO, Margareth. Obra citada.

<sup>41</sup> Tristão de Ataíde, “Obedecendo”, *A Ordem*, dezembro/1928, p. 5.

<sup>42</sup> Lacerda de Almeida, “Santa Angela de Foligno”, *A Ordem*, agosto/1930, pp. 31-50.

<sup>43</sup> Jacques Maritain, “O Doutor Comum”, *A Ordem*, setembro/1929, pp. 6 – 23.

<sup>44</sup> Everardo Backheuser, “Os dois pólos da Terra”, *A Ordem*, maio/1930, pp. 278 – 282.

<sup>45</sup> Oscar Mendes, “O liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico”, *A Ordem*, janeiro/1932, pp. 31

parte dos autores, era possível perceber uma certa especialização por temas, de acordo com a respectiva área de atuação. Por exemplo, Everardo Backheuser tratava de assuntos ligados à educação<sup>46</sup>, enquanto Amoroso Lima fazia ensaios sobre pensadores católicos<sup>47</sup>. Além disso, havia seções contínuas, como a de variedades, assinada por Perillo Gomes e conhecida como “Registro”, ou das “Letras Católicas”, de autoria de Jônatas Serrano e publicada durante janeiro de 1932 e dezembro de 1934.

A variedade de temas e a importância da revista no interior do grupo de formadores de opinião católicos despertou o interesse de diversos estudiosos, que procuraram entender qual o sentido dessa tentativa de formação de uma opinião religiosa no seio do processo de modernização do país durante as décadas de 1930 e 1940. Existe um relativo consenso de que a doutrina da Igreja foi essencial na fundamentação ideológica do discurso de Vargas; uma análise pioneira neste sentido foi a de Alcir Lenharo, sobre a aproximação do corpo social ao corpo místico de Cristo.<sup>48</sup> Desta forma, a obediência ao regime político tornava-se um dever religioso. O contra-exemplo dessa união seriam as associações operárias ligadas à esquerda, que ao mesmo tempo contestariam o regime e a autoridade da Igreja. Era deste grupo, sobretudo, que os católicos deveriam se afastar.

Damião Duque Farias<sup>49</sup> segue a mesma trilha ao afirmar que a Ação Católica seria uma solução típica de uma “sociedade de massas”, mas reduzida à escala da Igreja. Segundo ele, a diversidade de opiniões políticas seria suplantada pela obediência aos chefes: em primeiro lugar a Dom Leme, e em seguida a Amoroso Lima, presidente da Ação Católica. Estes, por sua vez, por meio de suas pregações, conduziram à acomodação com o regime, como se a luta na qual os católicos deveriam se embrenhar fosse religiosa antes de ser política. Embora seja interessante por refletir sobre as consequências políticas do discurso da Ação Católica, a análise de Damião Farias traz um certo reducionismo ao igualar dom Leme a Amoroso Lima e estes a Vargas. De fato, em linhas gerais, o discurso entre eles era afinado, o que permitiu que em 1934

---

– 45.

<sup>46</sup> Everardo Backheuser, “Escola Única”, julho-agosto/1933, pp. 527 – 539.

<sup>47</sup> Alceu Amoroso Lima, “Apologética e Sociologia de Henri de Tourville – 2 partes”, fevereiro e junho/1930, pp. 22-34 e 227-240.

<sup>48</sup> LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas: Ed Papirus, 1986.

<sup>49</sup> FARIAS, Damião. Obra citada.

Amoroso Lima fosse convidado para fazer parte do Conselho Nacional do Trabalho.<sup>50</sup> Apesar disto, não se pode dizer que o líder dos leigos brasileiros estivesse sempre em consonância com o presidente da República: em Outubro de 1930, Amoroso Lima rejeita a maneira escolhida por Vargas para ocupar o poder. Outro momento de discordância foi 1932, quando Amoroso Lima (e a maioria dos membros do Centro) tomam o partido dos constitucionalistas. Por fim, o projeto de corporativismo desejado por cada um deles era distinto.

Também complexo é o papel desempenhado pelo Centro no interior do mundo católico. Vários pesquisadores, entre os quais Romualdo Dias e Berenice Brandão, chamam a atenção para seu duplo papel: selecionar e educar uma elite leiga capaz de atuar pelos interesses da Igreja onde fosse necessário defendê-los e arregimentar o apoio passivo da grande massa de católicos<sup>51</sup>. Amparando-se na formação das organizações operárias no início da década de 1930, Brandão defende a periodização em décadas: na década de 1920, o Centro teria sido um formador da elite; na década seguinte, passaria a atuar no trabalho com as massas, especialmente na difusão do anticomunismo. Também Rodrigo Patto, em um estudo trinta anos mais recente, considera a década de 1930 como essencial na difusão desta doutrina.<sup>52</sup> Outra hipótese interessante de Brandão é a condenação ao comunismo como forma de conquistar espaço dentro da estrutura burocrática do Estado pós-1930. Segundo ela, “tentar ampliar sua esfera de prestígio junto ao Governo significava para a Igreja diminuir a influência do comunismo. A presença de elementos comunistas, infiltrados no novo Estado, era responsável pelo laicismo de nossas instituições e conseqüente diminuição de seu domínio”.<sup>53</sup> Como estratégia de combate ao comunismo, o corporativismo seria o sistema sócio-político capaz de garantir a paz social, uma vez que introduziria a co-gestão de empresas. Patrões e operários desfrutariam dos mesmos lucros (porém não em partes iguais, obviamente), o que garantiria a harmonia de interesses<sup>54</sup>.

---

<sup>50</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Obra citada, p. 153.

<sup>51</sup> DIAS, Romualdo. Obra citada, p. 76. BRANDÃO, Berenice Cavalcante. Obra citada, 1975.

<sup>52</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Obra citada.

<sup>53</sup> BRANDÃO, Obra citada, p. 72.

<sup>54</sup> Idem, pp. 73-4.

Outra pesquisadora que se interessou pelas relações entre os intelectuais do Centro Dom Vital e o Ministério do Trabalho foi Ângela de Castro Gomes, em um artigo em parte amparado por entrevistas com membros do Ministério do Trabalho durante a década de 1930.<sup>55</sup> Ela prefere respeitar o vocabulário dos próprios entrevistados, que descrevem a divisão em termos de “revolucionários” contra “políticos”. Os primeiros seriam aqueles que assumiram seus cargos pela força da “Revolução de 1930” enquanto os últimos seriam aqueles que já tinham algum peso antes da mudança política e que por isso conseguiram sobreviver a ela. Os “revolucionários” seriam mais sensíveis às reivindicações oriundas do movimento operário autônomo, algo que atemorizava os católicos. Eles contaram com a ajuda da outra corrente, a dos “políticos”, mais preocupados em destruir o movimento operário existente naquele momento. Foi o que aconteceu durante o tempo em que Agamenon Magalhães foi Ministro do Trabalho. No início de 1937, após Agamenon Magalhães concluir sua missão de implementar o controle total do Estado na estrutura sindical, foi nomeado para substituí-lo Waldemar Falcão. Este já havia sido membro da Ação Universitária Católica e parlamentar durante a Constituinte de 1934, afeito às necessidades católicas. Antes, ele havia integrado uma equipe de jovens juristas trazidos por Oliveira Vianna para o ministério, além de ser amigo pessoal de Amoroso Lima e o primeiro presidente nacional da Confederação Mariana. Graças a ele a estrutura dos sindicatos subservientes ao Estado foi consolidada, abrindo espaço para o atendimento de velhas demandas católicas sobre o controle do cotidiano do trabalho, definidas por Amoroso Lima alguns anos antes:

Fazer uma cuidadosa seleção dos funcionários do ministério e particularmente das diretorias sindicais; fixar um conjunto de princípios do sindicalismo brasileiro baseado na cooperação entre as classes sociais; cumprir a legislação social existente; fundar a justiça do trabalho e realizar uma série de publicações destinadas a alimentar uma concepção cristã do trabalho.<sup>56</sup>

Este dado trazido por Ângela de Castro Gomes pode ser conjugado a evidências documentais de que a colaboração entre o Centro Dom Vital e o Ministério do Trabalho originou-se em um período anterior ao Estado Novo. Neste aspecto, o exemplo de

---

<sup>55</sup> CASTRO GOMES, Angela. “Silêncio e orações: as relações entre Estado, Igreja e Classe Trabalhadora no Pós-34”. Revista História e Sociedade, 1987 (14/2) pp. 88-111.

<sup>56</sup> Carta de Amoroso Lima a Gustavo Capanema, citado conforme CASTRO GOMES, A. “Silêncio...”, p. 97.

Leopoldo Brentano é bastante elucidativo. Em 1937, ele foi içado de seu trabalho com os operários gaúchos para a presidência da organização nacional de operários fundada por Ataíde. Antes mesmo deste evento, os dois já trabalhavam em conjunto para facilitar a colaboração entre os funcionários do Ministério do Trabalho e os círculos operários. Em 21 de junho de 1935, por exemplo, Leopoldo Brentano, escreve a Amoroso Lima:

Anteontem partiu, de volta ao Rio, o dr. Jaci Magalhães, irmão do Cap. Juracy Magalhães, primo do Ministro do Trabalho, o qual estive em P. Alegre desde Outubro como Inspetor do Trabalho interino, reorganizando os serviços e sujeitando a um inquérito o inspetor Guaraci Oliveira, anticlerical e hostilizador dos CCOO. (...) Elaborei um plano de colaboração entre a Inspeção e os CCOO, cuja cópia remeti ao ministro e vai inclusa para o amigo. Estamos já pondo em prática os itens, conforme surgem as ocasiões. Já foram designados encarregados de Inspeção na cidade de S. Leopoldo e da Vila de Boa dois elementos dos respectivos círculos OO.<sup>57</sup>

Some-se a esse pequeno exemplo outros casos mais visitados pela bibliografia a respeito, como as indicações de Amoroso Lima a cargos de professores da Universidade do Distrito Federal.<sup>58</sup> A essas atuações de bastidores correspondia uma prolífica produção de artigos para a grande imprensa, dos quais os mais importantes eram republicados pouco tempo depois n’*A Ordem*. A parte final do texto se dedicará a apresentar tais ideias.

Em meados de 1935, Amoroso Lima apresentou uma visão sobre a situação global do período, que continuava a definir como o final do domínio da burguesia e de início de uma nova organização social, ainda a ser definida. O primeiro indício do final deste período da burguesia seria a I Guerra Mundial, que terminou com a ilusão de que as relações internacionais eram regidas pelo Direito e estabeleceu o predomínio da Força. Com a ascensão da Força como grande motor político, as mazelas do liberalismo econômico foram transformadas em motivos para a revolução, como foi o caso da Rússia de 1917. Outro momento de fraqueza do liberalismo foi a crise de 1929, a qual expôs o fim da era burguesa e a necessidade de resolver o problema da subsistência de massas enormes sem empregos nem amparo. De onde surgiu a reação nacionalista,

---

<sup>57</sup> Carta de Leopoldo Brentano a Amoroso Lima, 26 de janeiro de 1936. Citado conforme original, disponível para consulta no Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, localizado em Petrópolis - RJ. CCOO era uma sigla comum para “Círculos Operários”.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As Ciências Sociais no Rio de Janeiro”, EM: MICELI, Sergio. (org) História das Ciências Sociais no Brasil: volume 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995, pp. 233-308.

último marco a separar a era burguesa da Idade Nova. Amoroso Lima também chama a atenção em seu artigo para o hedonismo, o qual levaria a maioria das pessoas a não se darem conta dos riscos que toda a humanidade correria, em virtude da indefinição de qual caminho ela deveria seguir. Nenhuma das três forças que haviam dominado até aquele momento – o liberalismo, o socialismo e o nacional-totalitarismo – conseguiriam persistir na Idade Nova. Apesar disso, todas elas tentavam deixar sua marca na civilização futura. Sobre as influências do liberalismo e do socialismo, assim escreve Amoroso Lima:

O primeiro seria a permanência na estrutura atual de nossos regimes democráticos, com a moral, a economia, a cultura, a arte, a política, baseados na primazia da liberdade individual e o predomínio mantido da burguesia. (...) O caminho socialista (...) seria em matéria econômica a abolição da propriedade privada, em matéria política a hipertrofia do Estado, em matéria social o aniquilamento da grande burguesia, o amesquinçamento dos pequenos burgueses e a ditadura do proletariado.<sup>59</sup>

Depois de expor os princípios básicos de cada uma destas forças, Amoroso Lima afirma acreditar que nenhuma delas teria condições para se apresentar como hegemônica. Não obstante, certas características comuns entre os três regimes poderiam ser destacadas, como a intervenção crescente do Estado na vida social e, conseqüentemente, a subordinação do econômico ao político. Isso significaria que, ao invés da “mão invisível” do mercado, certas instituições, como o próprio Estado, o Sindicato ou a Igreja, teriam uma participação cada vez mais ativa na definição das prioridades de enriquecimento para um país. Dessa forma, diminuiria a importância do lucro ilimitado, em favor da satisfação dos imperativos coletivos. Tudo isso levaria a uma organização corporativa da economia e do progresso da técnica no controle da Natureza. Em uma palavra, o ideal de **justiça social** assumiria uma relevância cada vez maior.

Todas essas características são vistas como positivas, mas haveria também os vícios que cada sistema econômico tenderia a transmitir. Uma dessas heranças seria a autonomia completa do indivíduo no liberalismo, sem levar em conta as necessidades da comunidade. Outro fator a considerar seria o materialismo dos socialistas, libertando as paixões do instinto e construindo como seu único freio possível a força de um Estado

---

<sup>59</sup> Alceu Amoroso Lima, “A Idade Nova e a Ação Católica”. A Ordem, agosto/1935, p. 108.

violento. Também o nacional-totalitarismo, com seu excesso de importância conferida à nação e à raça, consistiria em um péssimo referencial. Como evitar, portanto, todos esses males? A resposta estaria na Ação Católica, conforme Amoroso Lima afirma na passagem abaixo:

A Ação Católica é, portanto, a estratégia e a técnica mais moderna da Igreja para partir à conquista da Idade Nova. É a organização das suas milícias (...) **por infiltração direta** em toda a linha, em vez do ataque em massa e em ligação com o Estado e a Política. (...) Descrê mesmo da possibilidade de uma cristianização integral dos Estados e organiza, por isso mesmo, as suas forças fora e acima da política, como que supondo, tacitamente, a persistência de um estado de coisas atual que não parece tender a modificar-se no futuro próximo: **a vida cristã em Estados não cristãos.**<sup>60</sup>

O valor deste texto está na aceitação que ele comporta da impossibilidade de transformar todas as instituições estatais em instrumentos da Igreja, algo bastante diferente do que ocorria durante as campanhas eleitorais de 1933, quando o ímpeto advindo das vitórias da LEC levou Amoroso Lima a considerar que o Estado brasileiro estava em vias de ser cristianizado. Simultaneamente, Amoroso Lima escreveu constantemente sobre a importância de que a Igreja assumira um papel essencial na construção desta Idade Nova, pois “[a] condição terrena, a vida individual e social dos homens na terra é já o início da sua vida eterna.”<sup>61</sup> Neste sentido, mesmo a ação social do Estado seria incompleta se buscasse apenas o Bem-Estar físico dos seus cidadãos. Seria necessário, na visão de Amoroso Lima, abrir o flanco para que o espírito cristão tomasse conta das instituições sociais, pois apenas a religião seria capaz de satisfazer o objetivo último da existência. Ao mesmo tempo, a Igreja teria plenos direitos a organizar os seus sindicatos para os operários, assim como as caixas de compensação ou de salário familiar, pois a satisfação das necessidades materiais deveria estar em consonância com a procura pelos bens últimos. É o que afirma a seguinte passagem:

A Igreja organiza essas instituições, vela por sua eficiência prática e visa com elas contribuir para o reino da justiça social. Longe de julgar que o domínio das relações econômicas não é de suas atribuições, mostra a Igreja, praticamente, que o problema econômico está diretamente ligado ao destino e à vida de cada homem, de cada família, de cada povo, de modo que não lhe é estranho de modo algum.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Idem, p. 108.

<sup>61</sup> Alceu Amoroso Lima, “A ação social católica”, A Ordem, janeiro/1937, p. 37.

<sup>62</sup> Idem, p. 39.

A formulação do conjunto de instituições que envolvesse sindicatos ou organismos de redistribuição de renda, tais como as cooperativas, revela algumas continuidades de pensamento entre o Amoroso Lima do início e aquele do final da década de 1930. Em ambos os momentos, a Igreja é vista como a instituição mediadora entre o trabalhador e o seu trabalho, como de resto ela o seria entre o estudante e o ensino ou entre o cidadão e a política. Este papel mediador é confirmado por sua análise referente aos nacionalismos, de outubro de 1938<sup>63</sup>. O verdadeiro nacionalismo cristão seria aquele que convencesse cada pessoa a pensar sua Nação como uma grande família, para a qual ela teria obrigações de respeito e retribuição. A este conceito opõe-se o nacionalismo de Estado, que enxerga nas suas conquistas militares a justificativa para sua existência. O nacionalismo sadio, ao contrário, não criaria obstáculos ao universalismo cristão, ou em outros termos, à consciência de que somos todos irmãos e temos direitos iguais ao desenvolvimento e à satisfação de nossas necessidades. Novamente, argumentos de cunho religioso são utilizados para justificar a adoção de uma postura política; no caso, a adoção de um nacionalismo moderado e conjugado ao pacifismo.

O conceito de Nação como “a grande família” traz em seu bojo a concepção de que os indivíduos têm papéis hierarquicamente diferentes. Assim como em toda família existiriam os pais, com direitos naturais de autoridade sobre seus filhos, da mesma forma na sociedade alguns seriam predispostos ao comando da mesma para assegurar a justiça e a ordem sociais. É dessa forma que Amoroso Lima enxerga a formação social, em um discurso deveras ambíguo, pois ao mesmo tempo em que considera “a ascensão das massas” um fato inelutável, não enxerga nelas a capacidade para a atuação plena na arena política. É o que ele afirma neste artigo sobre o espírito aristocrático:

“Não são as massas que governam, como quer o espírito democrático. Só Deus é fonte de direitos. A coletividade pode ser um meio portador e transmissor desses direitos, mas nunca uma fonte deles, mormente em caráter meramente numérico. As fortes personalidades, fortes não pela força da violência, mas pela força da qualidade, é que dirigem as massas, sempre constituídas pela mediocridade que é a sorte do maior número.”<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> Alceu Amoroso Lima, “O nacionalismo cristão”, *A Ordem*, outubro/1938, pp. 367 – 391.

<sup>64</sup> Alceu Amoroso Lima, “Meditação sobre o espírito aristocrático”, *A Ordem*, maio/1939, p. 453.

Esta nova aristocracia seria formada pelo mérito, de acordo com o conceito original da classe, deturpado por anos de vício no Antigo Regime. Desse modo, ela não seria contraditória à democracia, mas sua fiadora, temperando o instinto das massas com a sabedoria e o sentimento de dever e responsabilidade de uma elite disposta à renúncia dos seus privilégios em benefício do bem comum.<sup>65</sup> É possível identificar aqui a influência dos intelectuais conservadores, especialmente em sua corrente iniciada por Edmund Burke (1729-1797).

Ao contrário dos franceses, Burke acreditava em uma democracia temperada por câmaras políticas em que o acesso fosse restrito à elite, independente do voto popular. Além de Burke, esta reflexão sobre o espírito aristocrático faz referência a Alexis de Tocqueville, um nobre francês que considerava a religião essencial na formação de uma consciência cívica da Nação<sup>66</sup>. No artigo d'A *Ordem* em questão, refere-se ao “verdadeiro espírito aristocrático” como sendo essencialmente cristão, porque exalta a purificação do espírito na humildade.<sup>67</sup> Da mesma forma, o “verdadeiro espírito democrático” se inspiraria no espírito trinitário. Pois aqueles que valorizavam excessivamente a Igreja como guardiã da ordem e da disciplina conduziram a sociedade ao clericalismo, totalmente rejeitável. A ignorância completa dos valores religiosos, por sua vez, redundaria na aceitação da vida moderna tal como ela se apresentava naquele momento, ou seja, o atalho mais curto para a decadência moral e social.

Se na década de 1930 os escritos de Amoroso Lima foram pontuados pelo conceito da ordem como a base do seu pensamento, a década seguinte traria mudanças importantes no seu modo de pensar. Uma das principais demonstrações da mudança no pensamento de Amoroso Lima foi sua valorização da democracia. Esta precisaria, para sobreviver, da existência de uma distribuição da propriedade que propiciasse a criação de um conjunto social harmônico em seus interesses. Dentro desse raciocínio é que se encaixava uma nova forma de cristianização das relações entre as classes, não apenas no campo político – como se deu durante a Constituinte de 1934 –, mas no controle da vida

---

<sup>65</sup> “O espírito democrático é uma forma elementar e empírica do espírito aristocrático, como este uma forma avançada e purificada daquele. (...) Aristocratizar a inteligência ou a política não é necessariamente desdemocratizá-las, mas elevá-las a um índice de perfeição maior.” Retirado de: Alceu Amoroso Lima, “Meditação”, p. 451.

<sup>66</sup> Cf. BUSCH, Andrew. Op. cit., pp. 83-7.

<sup>67</sup> Alceu Amoroso Lima, “Meditação”, p. 457.

econômica do país. Um projeto de socialização da propriedade, impreciso nos detalhes, mas desde cedo bastante controvertido, se tornaria um tema comum nos artigos de Amoroso Lima e teria continuidade por outros artigos da revista, como Alves Ribeiro, que se expressava da seguinte maneira:

No Brasil os católicos que seguem Maritain e Tristão de Ataíde desejam substituir o capitalismo, não pelo socialismo ou pelo corporativismo integralista (...) mas por um regime ‘societário’ da propriedade no qual, por exemplo, os operários participem, ao lado dos técnicos e dos portadores de capitais, tanto dos lucros quanto da gestão das empresas.<sup>68</sup>

A sociedade preconizada por Alves Ribeiro seria composta por diversas liberdades, como a civil, que seria assegurada pela difusão da propriedade, de opinião, de educação e finalmente de associação. O texto ataca diretamente a estrutura sindical oficial, acusando-a de ser “uma dádiva dos patrões ou do Estado”<sup>69</sup> e estar longe, portanto, de representar algo de autêntico na vida dos trabalhadores. Esta é uma passagem bastante interessante, pois ao mesmo tempo em que reflete uma mudança radical na maneira dos intelectuais do Centro de tratar o tema, demonstra uma tentativa de esquecer o passado recente, visto que os círculos operários cresceram basicamente à custa da contribuição dos patrões e do seu trabalho paralelo desenvolvido com o Estado Vargasista.

Além disso, existe um enfraquecimento do anticomunismo nos escritos de Amoroso Lima durante a década de 1940. Este é um aspecto especialmente importante na realidade brasileira, pois os católicos locais tradicionalmente se demonstraram contrários às manifestações das outras religiões e ardorosamente combateram a irreligião personificada no comunismo. Amoroso Lima foi o primeiro a quebrar essa tradição, passando a aceitar a idéia de que os comunistas também poderiam contribuir para a criação da nova sociedade desejada, constituída por grupos distintos representados por suas respectivas elites. Essa é uma ideia que começa a aparecer nos escritos de Amoroso Lima ao final da década de 1930 e que ganha vigor na década seguinte.

---

<sup>68</sup> Fábio Alves Ribeiro, “Os Quatro Candidatos”. A Ordem janeiro/fevereiro 1946, p. 109.

<sup>69</sup> Idem, p. 109.

Um artigo publicado em 1939<sup>70</sup> é um exemplo interessante do que se pretende dizer. Depois de lembrar o quanto é difícil falar em “espírito aristocrático” sem ser rejeitado pelo público, Amoroso Lima tenta desligar a idéia de aristocracia de ociosidade e vício e assim desassociar o “espírito liberal” de atributos exclusivamente positivos. Tal visão pessimista da aristocracia se explica pela criação de falsas aristocracias amparadas no sangue, no dinheiro ou na força. Tudo isso leva à decadência do espírito aristocrático, que só poderia se manter quando amparado no mérito, na cultura superior daquele que a possui.

Outro ponto importante seria a ascensão das massas na história: o homem comum passa a se sentir como apenas mais um em meio à multidão, sem condições para escapar da vontade da maioria, dos movimentos que se contam aos milhões... Para escapar desse abismo existencial, seria preciso voltar a reconhecer que todo o poder advém de Deus e não de uma maioria formada exclusivamente pelo número. A coletividade pode trazer em si essa soberania, mas só é capaz de se exprimir a partir de alguns espíritos iluminados, que aceitam a renúncia e o sacrifício em benefício dos demais. Eles podem ser encontrados em qualquer grupo social, desde que devidamente selecionados por sua sabedoria e virtude. A nova elite que deveria reger a sociedade deveria, portanto, incluir os operários, arregimentados em torno de sua religião. Em outros termos, a defesa que a revista fez do direito de autonomia dos sindicatos visava, antes de tudo, ao fim do atrelamento entre estas organizações e o Estado, abrindo as portas para que os católicos assumissem o controle sobre eles.

Outro aspecto relevante para a transformação do pensamento de Amoroso Lima são os documentos oficiais da Igreja, especialmente aqueles que se referem ao valor da democracia como um regime perfeitamente cristão. Dentro desta categoria, pode-se inserir o Manifesto Episcopal de 1945, assinado por D. Jaime Câmara, o substituto de D. Sebastião Leme no cardinalato do Rio de Janeiro após a morte deste. Nesse documento, que se pretende a expressão da opinião de todos os bispos, ele saúda o advento do multipartidarismo como um benefício para a sociedade brasileira. A declaração papal no Natal de 1944 é também citada, pois sinaliza a aceitação da democracia como um regime válido. Todos esses documentos funcionam como uma legitimação da visão da revista como perfeitamente válida. Além disso, as experiências

---

<sup>70</sup> Alceu Amoroso Lima, “Meditação sobre o espírito aristocrático”, *A Ordem*, maio/1939, pp. 441 ss.

históricas da Guerra Civil Espanhola e da II Guerra Mundial contribuíram para a erosão da credibilidade dos regimes ditatoriais.

A este respeito, Amoroso Lima afirma em um artigo de 1944<sup>71</sup> que a vitória de Franco na Guerra Civil não havia significado a vitória dos católicos, e que se pudesse voltar no tempo e escolher algum dos lados, ficaria do lado dos católicos bascos. Essa minoria étnica espanhola era a prova de que barbáries inaceitáveis haviam sido cometidas em ambos os lados da guerra. A afirmação ignora a mensagem do Papa Pio XI de felicitação a Franco por sua vitória, enviada em 1939. Em seguida, afirma que a pastoral dos bispos da Espanha não é suficiente para obrigá-lo a tomar a mesma atitude. Pelo contrário, Amoroso Lima faz um elogio da liberdade que ele acredita encontrar na Igreja, pois ela lhe permitiria pensar autonomamente em temas que não fossem definidos pela Santa Sé. Ao mesmo tempo, lamenta que a Guerra Civil Espanhola gerasse tanta discussão entre os católicos, mas entende que isso é resultado necessário da liberdade de cada um acreditar no que desejar.

Um fator adicional que ajuda a compreender as mudanças na maneira de Alceu Amoroso Lima pensar foi a II Guerra Mundial. A partir desta experiência, Amoroso Lima conclui que está fadada ao fracasso toda alternativa de organização social anteriormente experimentada, e que, portanto, um novo mundo haveria de nascer. Aos católicos, especialmente aqueles mais jovens entre eles, caberia o discernimento de saber escapar aos falsos dilemas, como entre os totalitarismos de esquerda e de direita, ou entre o capitalismo em que o Estado se omite e o comunismo onde ele controla tudo. Para encontrar uma nova resposta a velhos dilemas, seria preciso contar com o auxílio das novas gerações.

O fim da II Guerra Mundial coincidiu com a crise do Estado Novo no Brasil, chamando os católicos brasileiros a se posicionarem, novamente, frente à crescente necessidade de escolher entre o capitalismo e o socialismo, percebida como inevitável. Esta opção refletiria no regime político que deveria substituir o Estado Novo. Desde 1944, Amoroso Lima passa a dedicar-se ao tema, escrevendo sobre ele vários artigos. No texto “As bases da nova cristandade”, por exemplo, ele mantém sua visão sobre a importância da ordem, mas passa a enxergá-la como um meio e não mais como uma finalidade em si. Portanto, se a idéia de uma nova cristandade persiste, a concepção de

---

<sup>71</sup> Alceu Amoroso Lima, “PS” A Ordem, novembro/dezembro 1944, pp. 517-523.

quais sejam os seus valores passa a abranger diversos outros projetos que a princípio não se encaixariam no projeto católico ou até mesmo colidem com ele, conforme indica a seguinte passagem:

É sob o signo da unidade que nos reunimos. Mas de uma unidade que entende respeitar e favorecer a pluralidade. Os domínios em que reina a interrogação estética, científica, filosófica ou teológica, são infinitos. Por esses podemos caminhar livremente. Naqueles em que a interrogação é uma falsa filosofia da vida, nossa atitude só pode ser a do respeito recíproco e a da atividade construtiva e nunca polêmica ou destruidora.<sup>72</sup>

Essa atitude fica mais explícita quando se observa a postura que Amoroso Lima indica para os católicos frente ao comunismo. No plano internacional, por exemplo, defende em um artigo de janeiro de 1945 que os católicos devem colaborar para a consolidação da Organização das Nações Unidas com a participação da União Soviética, na esperança de que o convívio com os outros países possa fazer dela um país mais próximo da democracia. No que diz respeito à realidade nacional, Amoroso Lima cita as palavras de Pio XI retiradas de um discurso aos bispos da França de dezembro de 1937 no qual este justifica o contato com os comunistas pela possibilidade de convertê-los. O exemplo de caridade dos cristãos poderia trazer os comunistas de boa vontade de volta para a fé do Cristo.<sup>73</sup> No caso do Brasil, Amoroso Lima defende que a atitude dos católicos frente aos comunistas brasileiros deveria ser de diálogo aberto, o que seria diferente de aceitar o comunismo como a melhor proposta social. Não incluir os “vermelhos” no debate social seria esquecer as lições trazidas pela II Guerra Mundial e voltar à proposta integralista, a qual deveria ser superada. Para justificar uma mudança de rumo tão radical, Amoroso Lima se ampara na doutrina da própria Igreja:

Uma compreensão mais profunda da doutrina social católica; a sábia orientação da Santa Sé, pela palavra de Pio XI e de Pio XII; a lição de pensadores como Maritain e Bernanos e a experiência da política nacional e internacional desses últimos anos (...) concorreu decisivamente para *modificarmos, substancialmente*, no dia de hoje, o juízo que há cerca de dez anos, por estas colunas e em face das circunstâncias históricas daquele momento, expedíamos à cerca do integralismo. (...) *reputamos a volta do integralismo como um fator de retardamento da evolução democrática e como um incentivo à propagação do comunismo.*<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Alceu Amoroso Lima, “As bases da nova cristandade”, A Ordem, janeiro/fevereiro 1944, p. 313.

<sup>73</sup> Alceu Amoroso Lima, “Comunismo, reacionarismo, Integralismo”, A Ordem, outubro/1945, p. 168.

<sup>74</sup> Idem, pp. 171-2. Grifo de Amoroso Lima.

Em seguida, apresenta mais dois motivos para se opor ao Integralismo: a defesa da liberdade e da valorização do trabalhador e porque o integralismo, ao associar-se à doutrina social católica, dá a entender que ela seria a única resposta possível, como se o catolicismo dependesse do integralismo, e não o contrário. É possível verificar, nesse ponto, a herança das discussões ligadas à excomunhão da *Action Française* e a condenação do seu princípio do “*politique d’abord*”. Mesmo guardadas as diferenças históricas entre os dois momentos, ainda é a defesa da autonomia da esfera do espiritual que explica essa declaração de Amoroso Lima. Ao dissecar textos clássicos do Integralismo, como o “Manual do Integralista” e o “Manifesto de outubro de 1932”, ele chega à conclusão de que o espírito de militarização da juventude para empenhá-la na defesa do Sigma torna impossível a conciliação do integralismo com o espírito de abertura e desprendimento que deve caracterizar os militantes da Ação Católica. Também a idéia de uma sociedade democrática e multipartidária, em cuja defesa deveria se esmerar a atividade católica, ficaria comprometida.

As alterações na maneira de Ataíde enxergar a realidade tornam-se mais explícitas quando passamos a analisar seu julgamento do passado recente do país, o Estado Novo, em comparação com a visão da hierarquia católica. No mesmo “Manifesto de nosso Episcopado” que saúda os novos rumos democráticos como alvissareiros, o Estado Novo é lembrado apenas por sua legislação trabalhista, bastante elogiada. Depois de assumir que a guerra engendrou enormes sacrifícios para os operários dos dois lados do conflito, o documento afirma que a realidade brasileira foi diferente:

No nosso Brasil, registramos com satisfação que a classe dos trabalhadores não foi esquecida nem descurada. A legislação enveredou decididamente pelo bom caminho; sua boa aplicação poderá dar resultados fecundos. Importa continuar na mesma orientação, porque nos acharemos, com a terminação da guerra, em face do mais difícil e do mais urgente dos problemas contemporâneos.<sup>75</sup>

Ou seja, o problema da transformação da nação brasileira de massa em povo, portanto dentro do qual os direitos dos indivíduos fossem sempre respeitados e no qual cada cidadão tivesse plena consciência de seus deveres e direitos. Para que o povo

---

<sup>75</sup> Dom Jayme Câmara, “Manifesto do nosso Episcopado”, *A Ordem*, junho/1945, p. 521.

brasileiro alcançasse esse elevado grau de aperfeiçoamento, o documento propunha algumas idéias corporativistas, como a participação dos funcionários no lucro das empresas e a representação política profissional – ambas sugestões retiradas da *Quadragesimo Anno*, de acordo com o documento. Também realçou a necessidade de conciliar “capital” e “trabalho”, fazendo referência a um discurso dos cardeais norte-americanos em que se afirmava que o deplorável estado físico e moral do trabalhador se devia aos seus salários, abaixo do que seria digno.

No que tange à organização social e política, o documento insistia na necessidade de imparcialidade política, pois a Igreja não poderia cometer o abuso de fazer algum tipo de aliança com algum partido. Pelo contrário, sua opção deveria ser pelo princípio do sistema pluripartidário. Segundo o documento, diversas experiências demonstravam que a existência de vários partidos no interior da vida política era a melhor forma de garantir a existência da democracia, a qual estaria em plena conformidade com a vida cristã. Ao mesmo tempo, o documento considerava a legislação trabalhista do Estado Novo positiva para o trabalhador, sem deixar de aceitar a necessidade da mudança. Tal visão conciliadora contrasta enormemente com a de Amoroso Lima, que havia expressado em editorial da revista sua total discordância com o regime constituído:

É, portanto, como católicos, embora sem forçar em nada a consciência de qualquer dos nossos irmãos em Fé, que nos declaramos aqui formalmente contrários ao regime ditatorial iniciado em 1937 e partidários da volta imediata do Brasil a um regime democrático, de ampla manifestação das liberdades públicas. Estamos, além disso, convencidos de que a atual Ditadura não tem prestígio moral para realizar a transição delicadíssima entre o regime do Arbítrio e o regime da Lei. (...) Durante quinze anos não conseguiu criar, entre nós, um regime de liberdade, de respeito e de ordem legal, capaz de permitir o verdadeiro Apostolado da Palavra de Deus e a ação fecundante do fermento evangélico, por meio da Ação Católica <sup>76</sup>

A principal acusação ao Estado Novo é o da falta das liberdades que permitissem a Amoroso Lima desenvolver as agremiações católicas da maneira como desejava. Embora ele jamais tenha se demonstrado um partidário efusivo do regime instalado em 1937, o tom da crítica é muito mais sério do que o que vinha sendo feito, pois dava a entender que ele deveria acabar imediatamente, uma vez que nem mesmo a transição para a democracia poderia ser conduzida pelo ditador. O conflito entre a

---

<sup>76</sup> Editorial “Definição”, A Ordem, abril/1945, pp. 276-7.

posição da Igreja e a de Amoroso Lima é sutilmente captado nos escritos de Alves Ribeiro, que procura desfazê-lo através de uma interpretação criativa do Manifesto Episcopal, exposta abaixo:

No Brasil, diz o Manifesto, ‘a legislação enveredou pelo bom caminho; sua boa aplicação poderá dar resultados fecundos’. (Isso diz respeito, sobretudo, à legislação de 1934, cremos nós, conseguida em grande parte graças à atuação eficiente da Liga Eleitoral Católica. Destruindo a liberdade sindical, que é um postulado básico da doutrina social da Igreja, o regime de 1937 constitui em nossa opinião um retrocesso em relação ao regime legal de 1934).<sup>77</sup>

Alves Ribeiro faz questão de frisar que cabe aos cristãos, e não à Igreja, a decisão a respeito de qual tipo de regime econômico deve ser adotado. Na sua percepção, a única exigência que a Igreja fazia era a de que toda ação de um católico tivesse por finalidade contribuir para a modificação da sociedade. Mais precisamente, ela deveria fomentar a colaboração entre as classes, a promoção do justo salário que portaria em si o equilíbrio entre o capital e o trabalho e a elevação do proletariado através da difusão da propriedade privada para todos os grupos sociais. Sendo assim, o artigo passa a propor algumas idéias que poderiam auxiliar na construção desse novo mundo. Em geral, trata-se de utilizar o pensamento de Maritain para chegar ao que seria o meio termo entre o socialismo trabalhista, que aceita em certa medida a necessidade de socializar a posse de alguns bens indispensáveis para a qualidade de vida, e o capitalismo liberal, com algumas correções a fim de diminuir a distância entre ricos e pobres.

Alves Ribeiro identifica como cinco os princípios essenciais que devem guiar a nova sociedade: o pluralismo, a autonomia do temporal, a liberdade das pessoas, a unidade de raça social e a comunidade fraternal. Em um grande esforço para construir uma visão coerente e espiritualizada das relações sociais, o autor chega a imaginar os partidos políticos como fraternidades, baseadas não apenas na pura escolha cambiável de visão política, mas em uma disciplina pessoal ao programa da agremiação. Dos partidos existentes no país naqueles tempos de final da ditadura do Estado Novo, havia dois que mais se aproximariam do desejado por Alves Ribeiro: o Partido Democrata Cristão e a Resistência Democrática. Amoroso Lima havia feito parte do nascimento do primeiro deles, o que de acordo com o autor seria um bom sinal. No entanto, como o

---

<sup>77</sup> Fábio Alves Ribeiro, “Os católicos e o momento nacional”. A Ordem, outubro/1945, p.199.

próprio Lima já declarara na revista, ele havia deixado o partido para se dedicar exclusivamente à Liga. Além disso, o partido traía os seus princípios ao aceitar a colaboração com Gaspar Dutra.

Dessa forma, na visão de Ribeiro, apenas a Resistência Democrática poderia ser vista como um grupo em conformidade com os princípios católicos. Em seguida, Alves Ribeiro passa a discutir quais deveriam ser as reações dos católicos brasileiros frente ao Partido Comunista, que após um longo tempo saía da clandestinidade, e por isso suscitava o ataque dos reacionários. Também dentro da linha exposta por Amoroso Lima e Maritain, o princípio básico consistia em defender a idéia de que o integralismo era mais perigoso do que o comunismo, pois se este negava veementemente a Deus, aquele distorcia a “verdadeira imagem de Deus” em seu benefício. O defeito dos comunistas brasileiros, mais do que negar a Deus, era se aliarem às forças totalitárias, uma vez que apoiavam a volta de Getúlio Vargas pela via democrática. Ainda segundo Alves Ribeiro, a reação católica às ascensões do fascismo e do nazismo mostraria como a verdade estaria escondida em uma minoria altamente qualificada na sua entrega altruísta à busca pelo bem comum, personificada em nomes como Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto ou Murilo Mendes.<sup>78</sup>

O artigo termina lembrando a importância do tema da liberdade para o cristão, que assume dois sentidos. O primeiro deles é de que ao se ocupar das coisas políticas, o cristão não precisa prestar contas de tudo o que faz para a Igreja. Por isso, ele não precisaria se prender a uma única corrente política como expressão da sua religião.

## **BIBLIOGRAFIA**

Livros (ou capítulos)

AMOROSO LIMA, Alceu. Preparação à sociologia. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1931.

AMOROSO LIMA, Alceu. & FIGUEIREDO, Jackson. Correspondência: harmonia dos contrastes (1919-1928) (organização geral de João Etienne Filho). Rio de Janeiro : Academia Bras. Letras, 1991-92.

BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves. “Alceu Amoroso Lima” EM: Dicionário histórico Biográfico Brasileiro. (1930-1983, 3º VOL.) Rio de Janeiro: FINEP/FGV-CPDOC/Forense, 1984, pp. 189-191.

---

<sup>78</sup> Fábio Alves Ribeiro, “Os católicos e o momento nacional”, A Ordem, outubro/1945, pp. 217-8.

- BRANDÃO, Berenice Cavalcante. O movimento católico leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado: 1930-1937). [Dissertação de Mestrado]. UFF: Niterói, 1975
- COMPAGNON, Olivier. Jacques Maritain et l'Amérique du Sud. Paris : Sepentrion, 2003.
- CONWAY, Martin & BUCHANAN, Tom (orgs.) Political Catholicism in Europe (1918-1965). Oxford: Oxford Press, 1996
- CASALI, Alipio Marcio Dias. Elite intelectual e restauração da Igreja. Petropolis: Vozes, 1995
- CASTRO GOMES, Angela. “Silêncio e orações: as relações entre Estado, Igreja e Classe Trabalhadora no Pós-34”. Revista História e Sociedade, 1987 (14/2) pp. 88-111.
- DIAS, Romualdo. Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- DUTRA, Eliana. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ed. UFRJ/UFGM, 1997, P. 39.
- FARIAS, Damião Duque. Em defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: USP/Hucitec, 1998.
- JÚLIO MARIA, A Igreja e a República. (Prefácio e Introd. Anna Maria Moog Rodrigues) Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Brasília: Câmara dos Deputados/ Ed. UnB, 1981.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas: Ed Papyrus, 1986.
- MAYEUR, Jean-Marie. Catholicisme social et démocratie chrétienne: principes romains, expériences françaises. Paris: Les Éditions du Cerf, 1986.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- MONTEIRO, Norma Gouveia. Alceu Amoroso Lima: idéia, vontade, ação da intelectualidade católica no Brasil. [dissertação de mestrado] Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991 p. 131.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anti-comunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As Ciências Sociais no Rio de Janeiro”, EM: MICELI, Sergio. (org) História das Ciências Sociais no Brasil: volume 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995, pp. 233-308.
- RODRIGUES, Cândido Moreira: Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica - 1928-1946. Assis: UNESP, 2006.
- SILVA, Valéria Jacó da. Sociabilidade intelectual católica na correspondência de Alceu Amoroso Lima (1928-1945). [Dissertação de Mestrado] Assis: UNESP, 2004.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculos operários: a Igreja e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002

### **Artigos**

Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), “Obedecendo”, A Ordem, dezembro/1928.

\_\_\_\_\_., “Apologética e Sociologia de Henri de Tourville – 2 partes”, fevereiro e junho/1930

\_\_\_\_\_., “A Idade Nova e a Ação Católica”. A Ordem, agosto/1935

\_\_\_\_\_., “A ação social católica”, A Ordem, janeiro/1937

\_\_\_\_\_., “O nacionalismo cristão”, A Ordem, outubro/1938

\_\_\_\_\_., “Meditação sobre o espírito aristocrático”, A Ordem, maio/1939

\_\_\_\_\_., “PS” A Ordem, novembro/dezembro 1944

\_\_\_\_\_., “As bases da nova cristandade”, A Ordem, janeiro/fevereiro 1944.

\_\_\_\_\_., “Comunismo, reacionarismo, Integralismo”, A Ordem, outubro/1945

Editorial “Definição”, A Ordem, abril/1945

Everardo Backheuser, “Os dois pólos da Terra”, A Ordem, maio/1930

\_\_\_\_\_., “Escola Única”, julho-agosto/1933.

Fábio Alves Ribeiro, “Os Quatro Candidatos”. A Ordem janeiro/fevereiro 1946.

\_\_\_\_\_., “Os católicos e o momento nacional”. A Ordem, outubro/1945.

Jacques Maritain, “O Doutor Comum”, A Ordem, setembro/1929

Dom Jayme Câmara, “Manifesto do nosso Episcopado”, A Ordem, junho/1945.

Lacerda de Almeida, “Santa Angela de Foligno”, A Ordem, agosto/1930

Oscar Mendes, “O liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico”, A Ordem, janeiro/1932.

## **CARTA**

Carta de Leopoldo Brentano a Amoroso Lima, 26 de janeiro de 1936.